



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2018

O Comando Nacional dos Bancários se reuniu dia 20/03, em São Paulo, para debater e definir o modelo do programa e o calendário das Conferências e Encontros Estaduais, Regionais e Nacional dos Bancários. "A ideia é fazermos um grande debate nas conferências sobre a minuta de reivindicações a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria e os impactos da reforma trabalhista sobre elas", explicou Roberto Von der Osten, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários. Ele explicou que a definição do calendário na reunião do Comando Nacional é importante para evitar

sobreposição de datas e facilitar a assessoria e presença de técnicos e membros do Comando.

Para contribuir com o debate, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) fez uma apresentação sobre os impactos da nova lei trabalhista na CCT e no acordo específico da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). "Também apresentamos pontos que podem ser alterados pela MP 808/2017, mas ela sequer foi votada e o prazo para aprovação acaba em breve", disse a economista do Dieese, Vivian Rodrigues. Segundo o Dieese, 61% da CCT dos Bancários é afetada pela nova Lei Trabalhista.

MÍDIA DA CAMPANHA

O Coletivo de Comunicação da Contraf-CUT iniciou no dia 9 de março os trabalhos visando a elaboração de temas, eixos e imagens para a campanha 2018. Os trabalhos desse Coletivo seguem nas próximas reuniões até chegar a um projeto que seja de fácil entendimento entre os bancários, os clientes e a população. O coordenador de comunicação dos sindicatos do Pactu, Wilson de Souza, participa dos trabalhos.



BANCÁRIOS DEBATEM A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO

Página 4



“A ideia é fazermos um grande debate...”

Roberto Von der Osten ”

Trabalhadores debatem privatizações

PÁGINA 2

Pressão pelo fim das demissões no Itaú

PÁGINA 3

BANQUEIROS E TEMER FERRAM BANCÁRIOS

A nociva aliança entre os banqueiros e o governo federal resultou em mais um golpe contra a categoria bancária no país. Em comunicado enviado a todos os bancos no dia 16/03, a Febraban anunciou um "Acordo de Cooperação Técnica para Otimização do Processo de Reabilitação Profissional", firmado com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A medida poderá ter consequências negativas para os bancários, como cortes na concessão de benefícios pelo INSS, subnotificação de acidentados de trabalho e redução de fatores dirigidos ao pagamento de indenizações trabalhistas.

Os sindicatos estão analisando qual o melhor instrumento jurídico ou ação sindical para combater mais um ataque do golpista Temer em parceria com os banqueiros. De acordo com os marcos legais da Previdência Social, as discussões e acordos que envolvam saúde do trabalhador devem ser realizados, obrigatoriamente, por uma mesa tripartite, composta por representações do governo federal, empregadores e empregados. Entretanto, o novo acordo foi firmado em 19 de outubro de 2017 sem a participação do movimento sindical.

Caixa

Sindicatos cobram cumprimento do acordo Saúde Caixa

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) enviou, no dia 20/03, um ofício à Caixa Econômica Federal cobrando o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), na qual consta o Plano de Assistência à Saúde. O documento assegura a assistência médica aos empregados e dependentes. Contudo, a CEE/Caixa e os integrantes do Conselho de Usuários não têm acesso a informações, dados e documentos, cujo teor é comum às partes, e que são elementos indispensáveis para consolidar a responsabilidade mútua sobre os recursos do Saúde CAIXA. "Nós formalizamos as nossas reivindicações nesse ofício e, caso elas não sejam atendidas em prazo razoável, será preciso adotar medidas judiciais, inclusive com penalidade por descumprimento do ACT", explicou Dionísio Reis, coordenador da CEE/Caixa.

Os representantes dos trabalhadores fizeram solicitações como a apresentação de relatório atuarial e balancetes mensais do exercício de 2017, para fins de acompanhamento do plano e verificação da necessidade de ajuste (ACT, Cláusula 32, § 8º), apresentação de relatório atuarial, identificação do valor total do superávit e respectiva discussão da destinação do mesmo, nos termos do ACT (§ 9º) e várias outras.

Trabalhadores debatem privatizações



"No caso específico dos planos de saúde, as alterações têm como base as resoluções aprovadas CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) que, além de indicar a retirada de benefícios garantidos aos trabalhadores das empresas públicas, incentiva a privatização das gestões de saúde para privilegiar o capital privado", denuncia Rita Serrano, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa.

A política de desmonte promovida pelo governo Temer nas empresas públicas brasileiras é generalizada e está ocorrendo de várias formas, com a privatização parcial ou total. Um dos ataques mais cruéis às estatais e seus trabalhadores está no corte de direitos – nesse momento, em especial na área da saúde, com o enxugamento dos planos de assistência médica.

É por conta dessa situação, agravada pela redução de empregados (PDVs) e demissões sumárias de concursados, que há protestos e manifestações pelo país.

Cenário - O descaso do governo

golpista com as estatais e seus trabalhadores foi relatado por representantes das diversas empresas presentes à reunião do Comitê, tais como Eletrobrás, Petrobras, Caixa, BB, BNDES, Embrapa e EBC. A repressão aos movimentos e entidades sindicais também se amplia em todas elas: na Embrapa já houve demissões de dirigentes e no BNDES e EBC as lideranças dos trabalhadores respondem a processos na comissão de ética das empresas. Para Rita, o cenário é crítico e só poderá mudar com muito esclarecimento da população e a mobilização das entidades representativas. "Temos obtido avanços, mas as ameaças são constantes e exigem reação organizada e rápida", alerta.

Eleições na Funcef



Pactu apoia a Chapa do Participante

As direções dos sindicatos do Pactu apoiam a Chapa 3- Chapa do Participante, por terem a certeza que é a única com propostas concretas para resolver os principais problemas da Funcef. Um deles é o contencioso, maior fator de déficit da Funcef, que põe em risco a sustentabilidade dos planos de benefícios. A Chapa do Participante se compromete a cobrar o pagamento pela patrocinadora, via negocial ou por ações na Justiça. Uma das adversárias, porém, trata do assunto de forma genérica. Já a outra chapa é composta por membros que, na atual gestão, inviabilizaram medidas que poderiam ter iniciado a solução do problema.

O mesmo ocorre com a quebra da paridade no equacionamento do déficit do REG/Replan Não Saldado, medida recente que beneficiou a Caixa. Uma das chapas não comenta o tema, talvez para

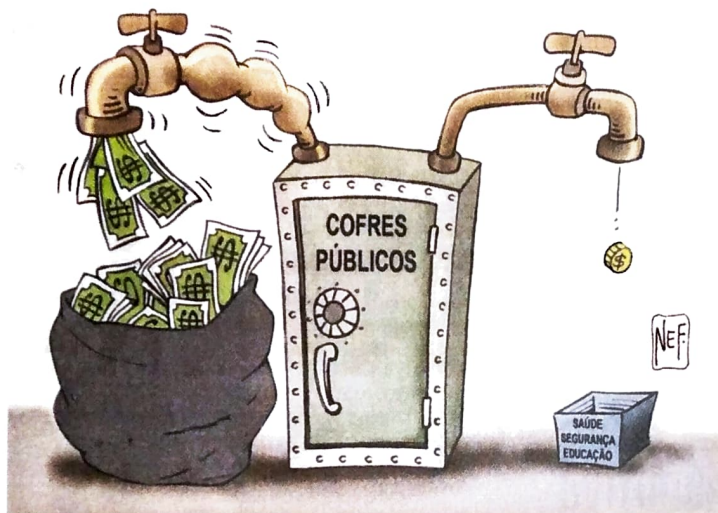
não contrariar diretores do banco. Os integrantes da outra são justamente os que subscreveram o Termo de Ajustamento de Conduta que acabou com a paridade.

Já a Chapa do Participante promete lutar para anular as consequências do TAC e defender, de forma inegociável, o direito à paridade em todos os níveis e em todos os planos da Funcef.

A Chapa do Participante também é a única a firmar compromisso concreto pela incorporação do REB ao Novo Plano, por um Comitê de Investimentos Independente, formado por participantes, pela manutenção do Fundo de Revisão de Benefícios (FRB) e do Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB), pelo fim do nefasto voto de Minerva e, acima de tudo, por uma Caixa Econômica Federal 100% pública e pelos direitos dos empregados do banco.

BANCO DO BRASIL

O governo vendeu 18 milhões de ações do Fundo Soberano do Banco do Brasil



O governo vendeu mais de 18 milhões de ações do Banco do Brasil que estavam no Fundo Soberano do Brasil (FSB) nos dois primeiros meses de 2018. A posição referente a fevereiro, segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários

(CMV), estava em 30 762 200 ações ordinárias. Em entrevista no fim do ano passado, a Secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou que as vendas devem ser encerradas em 2018. A previsão inicial era ir até 2019 com essas operações. O patrimônio do

Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), braço operacional do FSB, estava em R\$ 4,088 bilhões em comparação com os R\$ R\$ 3,631 bilhões quando as vendas começaram. Os recursos obtidos com a venda de ações foram convertidos em operações compromissadas, que somavam R\$ 2,76 bilhões, ou 67,5% do patrimônio do fundo. As ações do BB totalizavam R\$ 1,285 bilhão, ou 31,4%. Quando as vendas forem concluídas, a participação da União no capital do BB cairá de 54,4% para 50,73%. O fundo soberano detinha cerca de 3,67% das ações do banco.

Para Roberto Von der Osten, presidente da Contraf-CUT, é mais um passo a caminho da privatização. "A margem da União no controle do banco vem caindo desde 2015 e, a cada uma dessas ações, o Banco do Brasil vai se tornando menos público, mais distante do desenvolvimento do País e da sociedade brasileira", afirma.

BRDESCO

Sindicatos discutem fechamento de agências

Os bancários ficaram apreensivos após o Bradesco anunciar o fechamento 200 agências em todo o país. A maior preocupação é com a possibilidade de perda de emprego. Imediatamente após a notícia, o movimento sindical procurou o banco para tratar do assunto. "Nos reunimos com o departamento de Relações Sindicais do Bradesco que nos informou que se trata de um estudo, uma vez que, com a aquisição do HSBC, passaram a coexistir duas, e até três agências muito próximas. O banco assegurou não ter a intenção de demitir funcionários, mas realocá-los em agências próximas que estão com déficit de pessoal", informou Juliene de Bortoli, diretora do

Sintrafi Toledo e representante do Pactu na COE Bradesco. O banco também afirmou que o "banco digital" não vai substituir as agências físicas, visto que grande parte da população prefere o atendimento pessoal dos bancários.

Assédio moral - Outro motivo de preocupação do movimento sindical é com o aumento do assédio moral por meio das práticas de cobrança de metas. O banco pretende aumentar a receita com a venda de produtos aos clientes. A média de produtos adquiridos por clientes é de 1,6. A meta é chegar à média de 2 produtos por cliente. O banco alega que tem um departamento que faz um estudo

para determinar metas possíveis de serem alcançadas sem abusos e culpou a postura de alguns gestores por excessos na cobrança de metas.

No PACTU - Os sindicatos do Pactu planejam ações contundentes contra o abuso na cobrança pelo cumprimento de metas. Beirando o assédio moral, elas acontecem por meios eletrônicos e através das conferências online. Os meios e as fórmulas de cobranças são intensas e já começam a prejudicar o atendimento ao cliente e a própria produção, uma vez que os funcionários ocupam boa parte do tempo se justificando perante a chefia sobre seus resultados.



SINDICATOS COBRAM FIM DAS DEMISSÕES NO ITAÚ

A Coordenação de Organização dos Empregados (COE) do Itaú, com a presença da Contraf-CUT, esteve reunida com o banco Itaú no dia 23/03, cobrando esclarecimento sobre demissões, principalmente demissões após vencimento de estabilidade por licença-saúde. No Paraná os sindicatos têm constatado também demissões de bancários oriundos do Banestado.

O Itaú informou que nos dois primeiros meses de 2018 demitiu 1.054, sendo 676 sem justa causa e 377 a pedido, e admitiu 1.446 novos bancários. Segundo o banco, até o dia 22 de março foram demitidos 524 e admitidos 668. Informou ainda que no ano de 2017 foram efetivados como bancários 1.042 estagiários.

A COE cobrou do banco uma melhor atenção às demandas dos bancários afastados por doenças, uma vez que a demora em seus pleitos sempre agrava o estado de saúde. Também cobrou do banco a revisão das demissões de bancários ainda em estabilidade e por tratamento de saúde. "O banco age com total falta de respeito ao trabalhador adoecido", disse Sandra Regina Homeniuk, diretora do Seeb Guarapuava e representante do Pactu na COE Itaú.

Eleita a nova Direção do Seeb Paranaí POSSE SERÁ NO DIA 11 DE MAIO



Wendrel Minare, à direita, eleito presidente para nova gestão

Com 99,04% dos votos válidos, foi eleita a nova Direção do Sindicato dos Bancários de Paranaí e Região para o triênio

2018/2021. O resultado mostra a ampla credibilidade da Chapa denominada "Nenhum Direito a Menos, Resistir Sempre", encabeçada pelo bancário Wendrel Minare Vieira e integrada por dirigentes sindicais com histórico de luta em favor dos bancários. Também foram eleitos o Conselho de Administração, Suplentes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal Efetivo, Suplentes do Conselho Fiscal e os Delegados Representantes. Entre outros compromissos, a nova Direção assume a responsabilidade de manter e ampliar a luta pela manutenção dos direitos dos bancários. A posse está marcada para o dia 11 de maio de 2018.

Fórum Social Mundial 2018

BANCÁRIOS DEBATEM A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO

O Fórum Social Mundial (FSM), realizado de 13 a 17 de março, em Salvador-BA, é um fórum alternativo ao fórum econômico de Davos, realizado todos os anos, no mês de janeiro, na Suíça. Enquanto no de Davos as corporações empresariais transnacionais e países ricos avaliam e debatem a economia mundial e como ganhar mais dinheiro, o FSM é organizado por movimentos sociais, ONGs e pela comunidade civil, para debater as questões sociais do mundo e apontar alternativas para gerar emprego

O Fórum Social Mundial 2018 reuniu mais de 60 mil pessoas, de 120 países, que debateram o tema "Resistir é criar. Resistir é transformar!". No dia 14, o evento contou com a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), para discutir "A Era do Capital Improdutivo: o FSM e a ampliação das resistências".

Durante o diálogo, a vice-presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, questionou a irresponsabilidade social dos bancos no Brasil. "Embora sejam uma concessão pública, as instituições financeiras não ajudam no desenvolvimento do país, muito menos na desconcentração da riqueza. Pelo contrário. Tiram recursos da sociedade e concentram renda. Por isso, em 2017, ano marcado por uma



profunda crise e desemprego elevado, os bancos lucraram mais de R\$ 65 bilhões. E esse dinheiro vem de fundos públicos", disse. O Pactu participou dos debates através das bancárias e dirigentes sindicais Nivalda Sguissad Roy e Leonice Casarin de Mattos Silva.

UMA ALTERNATIVA EM DEFESA DA ÁGUA



De 17 a 22 de março foi realizado em Brasília o FAMA (Fórum Alternativo em Defesa da Água), em contraponto ao 8º Fórum Mundial da Água, com caráter comercial, também realizado na capital federal no mesmo período, mas patrocinado por empresas diretamente interessadas em concessões, como a Nestlé e a Coca Cola, entre outras. No FAMA, foram 6 dias de debates e cerca de 7 mil participantes representando vários países. A maioria trabalhadores do campo, da cidade, das florestas e das águas. Este foi considerado pelos organizadores como o maior fórum alternativo já realizado.

No dia 22, Dia Mundial da Água, os participantes marcharam pelas avenidas de Brasília em defesa do recurso como bem público e direito humano para todos e contra a presença do setor privado, que avança sobre a exploração de fontes, sobre a distribuição, a comercialização e o controle dessas reservas. "Água é um bem comum e deve ser preservada e gerida pelos povos para as necessidades da vida, garantindo sua reprodução e perpetuação. Por isso, nosso projeto para as águas tem na democracia um pilar fundamental. É só por meio de processos verdadeiramente democráticos, que superem a manipulação da mídia e do dinheiro, que os povos podem construir o poder popular, o controle social e o cuidado sobre as águas, afirmando seus saberes, tradições e culturas em oposição ao projeto autoritário, egoísta e destrutivo do capital", afirma o documento aprovado durante o FAMA.